



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Recurso de agravo nº 187501-6/01 - Comarca do Recife**

**Agravante:** Município de Petrolina.

**Agravado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. PACIENTE DA REDE PÚBLICA. INTERNAÇÃO EM LEITO DE UTI. HOSPITAL PARTICULAR. DIREITO À SAÚDE. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À RESERVA DO POSSÍVEL. SÚMULA Nº 51 DO TJPE. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. 1. Conforme precedentes desta Corte, somente há necessidade de acionar judicialmente a esfera da Administração Pública que, dentro das suas atribuições, tenha capacidade de suprir o ato apontado, não havendo, assim, que se falar em ilegitimidade passiva. 2. É dever do ente municipal prestar o atendimento à saúde da população, inclusive disponibilizando leitos de UTI na rede privada. 3. Inteligência da súmula nº 51 do TJPE. 4. Inocorrência de violação ao princípio da reserva do possível, porquanto as medidas implementadas destinam-se unicamente a garantir ao paciente um mínimo existencial. 5. Observância da tabela de atendimento particular no pagamento das despesas médico-hospitalares pelo Município agravante para não haver repasse ao nosocômio privado de múnus público conferido constitucionalmente ao estado. 6. Recurso de Agravo uniformemente improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 187501-6/01, acima referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em sessão desta data, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 17 de dezembro de 2009

**Des. Ricardo Paes Barreto - Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Recurso de agravo nº 187501-6/01 - Comarca do Recife

Agravante: Município de Petrolina.

Agravado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo contra decisão monocrática que negou seguimento ao apelo para manter a sentença de origem, confirmando-se a obrigação do Município apelante de pagar quantia relativa à internação de paciente da rede pública em hospital particular.

Alega o agravante preliminar de ilegitimidade passiva do Município, sob o argumento de que os tratamentos de alta complexidade cabem exclusivamente ao Estado.

No mérito, invoca a Teoria da Reserva do Possível, por entender que a efetivação dos direitos sociais estão atrelados às possibilidades econômicas do ente e às escolhas dos legisladores e administradores quanto aos meios para a sua realização.

Ainda, aduz que, *in casu*, por integrar o SUS em caráter complementar, deve a rede privada se submeter aos valores pré-determinados pelo Ministério da Saúde, razão pela qual o Município, acaso seja considerado responsável, deverá observar a tabela do SUS no pagamento das despesas médico-hospitalares e não a tabela de atendimento particular, contrariamente ao que restou determinado na decisão vergastada.

Ao final, requer o provimento do integrativo, para fins de destrancamento do apelo, com seu regular seguimento.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de apelação diante de sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos deduzidos na ação ordinária de obrigação de fazer, condenando o município apelante a pagar, no prazo de 15 dias, ao Hospital Memorial de Petrolina S/S a quantia de R\$ 9.554,36 (nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos), devidamente atualizada, em razão das despesas hospitalares decorrentes de internação de paciente da rede pública em UTI daquele nosocômio, sob pena de bloqueio do valor apurado em conta corrente. Em suas razões, de fls. 96/103, o apelante alega preliminar de ilegitimidade passiva, por entender que caberia ao Estado de Pernambuco arcar com os custos de procedimento de alta complexidade, como é o caso, de internação de paciente em UTI, requerendo, ao final, a anulação do julgado. No mérito, pugna pela reforma do julgado, aduzindo que o município de Petrolina presta atendimento à saúde à população de toda a macro-região que sedia, não

possuindo recursos financeiros para custear procedimentos de alta complexidade, sob pena de apresentar um déficit orçamentário, e, caso assim não se entenda, que se reforme parcialmente a sentença para se fixar os valores das despesas hospitalares com base na tabela do SUS, ou da tabela de convênios. Não houve contra-razões. Com vista, a douta Procuradoria de Justiça, em parecer de fls. 115/119, opinou pela manutenção dos termos do julgado, vindo os autos conclusos. Feito o sucinto relato, decido monocraticamente. De logo, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva levantada pelo apelante, ante a redação da Lei nº 8.080/90, em seu art. 7º, XI, que determina a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de assistência à saúde da população. De modo que, embora exista responsabilidade solidária entre todos os níveis da Administração Pública na proteção à saúde do cidadão, inexistente a necessidade de serem acionadas judicialmente todas as esferas da mesma, mas tão somente aquela que, dentro de suas atribuições, tenha capacidade de suprir o ato apontado (Precedente desta Corte: MS nº 169459-9, 2GCC, julgado em 26/08/2009). No mérito, a questão controvertida que nesta sede se revisa voluntariamente, qual seja, a obrigação ou não da municipalidade de arcar com as despesas decorrentes de internação de paciente de rede pública em leito de UTI de hospital privado, encontra-se sedimentada na jurisprudência desta Corte de Justiça, no sentido de que se trata de um dever do ente municipal prestar o atendimento à saúde da população, inclusive disponibilizando leitos de UTI na rede privada, conforme Súmula nº 51 abaixo transcrita: O Estado e o Município, com cooperação técnica e financeira da União, têm o dever de garantir serviço de atendimento à saúde da população, inclusive disponibilizando leitos de UTI na rede privada, quando não suprida a demanda em hospitais públicos. Assim, entendo que não merece guarida o argumento da edilidade apelante de que possui um déficit orçamentário, porque, além de não ter restado comprovado este nos autos, o direito à saúde dos cidadãos foi elevado à cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador e também o administrador criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional. Por oportuno, registre-se que, para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, deve-se concluir que qualquer previsão legal, bem como qualquer atitude tomada pelo Poder Público, que provoque o esvaziamento do direito à vida trará, como consequência, o desrespeito à dignidade da pessoa humana. No mais, quanto à tabela a ser adotada para pagamento das despesas médico-hospitalares, realizadas por força da antecipação da tutela, entendo que seria não seria razoável exigir dos hospitais particulares o recebimento da contraprestação pelos serviços prestados pela tabela do SUS, a qual encontra-se defasada pelas alterações inflacionárias, sob pena repasse indevido para o particular de um múnus público que a Constituição Federal originariamente conferiu ao estado (nesse sentido: REsp nº 698432/RJ, T1, Rel. Min. José Delgado, DJ de 07/11/2005), motivo pelo qual deve o nosocômio receptor da paciente da rede pública ser ressarcido pelos valores praticados no mercado (tabela de atendimento particular). Diante de todo o exposto, considerando que o recurso se encontra em confronto com jurisprudência dominante desta Corte local de Justiça e do STJ, com base no art. 557, *caput*, do CPC, nego-lhe seguimento, para manter os termos do julgado de origem.

Preliminarmente, não merece guarida a alegação de ilegitimidade passiva, posto que, inobstante a existência de responsabilidade solidária entre todas as esferas da Administração na garantia do direito à saúde do cidadão, desnecessário se faz acionar em juízo todas elas, mas apenas aquela que, nos parâmetros de suas atribuições, possa corrigir a situação, suprimindo o ato apontado (confira-se precedente desta Corte: MS nº 174170-6, 2GCC, Rel. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, julgado em 10/12/2008).

246  
30  
C

Quanto ao argumento de aplicação da Teoria da Reserva do Possível ao caso em apreço, verifico que não assiste razão ao agravante, vez que este princípio de cunho orçamentário deve ser afastado quando se está diante da garantia do mínimo existencial, no caso o direito à vida de paciente da rede pública extremamente necessitado de leito em UTI indisponível no momento no único nosocômio público municipal possuidor de tal serviço.

Os termos da Súmula nº 51 deste Sodalício, abaixo disposta, ampara o entendimento acima esposado:

O Estado e o Município, com cooperação técnica e financeira da União, têm o dever de garantir serviço de atendimento à saúde da população, inclusive disponibilizando leitos de UTI na rede privada, quando não suprida a demanda em hospitais públicos.

No mais, no que tange à tabela a ser utilizada para pagamento dos gastos hospitalares, observo que deve o hospital receptor do paciente da rede pública ser ressarcido de acordo com a tabela de atendimento particular, pois irrazoável seria determinar ao nosocômio privado a percepção dos valores tabelados pelo SUS, situação que configuraria transferência indevida de um múnus público que a CF/88, de forma originária, conferiu ao estado.

Diante de todo o exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**